

23 DEZ 2010

Brasil na década da virada

A crise financeira global fez com que aflorassem os escombros das irresponsabilidades fiscais e monetárias dos países desenvolvidos – Estados Unidos, União Europeia e Japão. Sem exceção e em tempos diferentes, esses países lançaram mão da política fiscal expansionista para acobertar desequilíbrios públicos orçamentários e estimular o consumo por meio de empréstimos externos. Essas imprudências acarretaram elevados déficits interno e externo, principal razão da crise financeira global.

Isso se reflete na queda futura desses países na economia global. A produção dos países desenvolvidos representa 62% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e, nos próximos 40 anos, declinará para 24%. A economia chinesa, que hoje representa 8%, em 2050 alcançará 22% do PIB global, ou seja, o equivalente à soma das três maiores economias capitalistas. Está claro que haverá uma grande mudança de poder político e econômico no mundo, de sorte que, o dólar americano deixará de ser a principal moeda nas transações internacionais.

Diante desse cenário, interessa-nos saber como ficará o Brasil. O país representa 3% do PIB mundial e atingirá 4% em 2050. É uma evolução pouco expressiva.

Há décadas, as nossas exportações não ultrapassam 1,1% das exportações mundiais; e, do mesmo modo, a média dos investimentos não excede 18% do PIB. Para crescer com distribuição de renda, o país emergente tem de contar com estratégias de abertura econômica conjugada com política industrial competitiva.

A Índia, a China e a Coreia do Sul são exemplos de sucesso por conta de estratégias de desenvolvimento industrial, infraestrutura e desenvolvimento humano que lhes permitem desfrutar das vantagens no acesso ao conhecimento tecnológico e de influenciar politicamente seus interesses no curso da economia global.

Tendo esses países como modelos a serem seguidos, o Brasil precisa aceitar a lógica e o destino da globalização. O ponto de partida dessa jornada evolutiva consiste na manutenção do tripé da estabilidade econômica: meta de inflação, rigor fiscal e câmbio flexível. Assegurado esse trinômio, a obtenção de maior expres-

sividade na economia global dependerá do aumento da capacidade produtiva – produto potencial – por meio de investimentos estratégicos e de reformas estruturais.

Ao Brasil faltam poucas, porém importantes reformas econômicas para que se transforme em uma economia desenvolvida, a exemplo da Coreia do Sul.

Há sete aspectos fundamentais que, se forem incorporados na estratégia desenvolvimentista do próximo governo, possibilitarão ao Brasil consolidar-se como um país próspero, a taxa de investimentos alcançar 30% do PIB e a economia representar 6% do PIB global em 2050:

1) Política tributária: é crucial. Dela decorre a produtividade dos fatores de produção e a consistência da política industrial. É importante: realizar a reforma tributária, tornando-a simples

Conseguir maior expressividade na economia global dependerá do aumento da capacidade produtiva

do ponto de vista das suas normas, menos onerosa e segura; terminar com a guerra fiscal; priorizar a competitividade econômica. Deve-se desonerasar tanto os investimentos como as operações no mercado de capitais e reduzir substancialmente os encargos trabalhistas das empresas.

2) Política industrial: nenhum país emergente que almeja o progresso e a integração econômica global pode prescindir de política industrial e agrícola e de serviços competitivos. O estímulo a essas atividades deve contemplar a isenção fiscal para investimentos e equiparar a carga tributária à dos países emergentes concorrentes, visando aumentar a capacidade produtiva e laboral desses setores, bem como eliminar, substancialmente, todos os obstáculos para se abrir e fechar uma empresa.

3) Abertura econômica: a soma das exportações e importações em proporção do PIB representa o nível de abertura econômica. Nos últimos dez anos, ela não ultrapassou 20% do PIB, enquanto a média dos países asiáticos foi de 45% do PIB. Dobrar o nível de abertura econômica nos

próximos oito anos deverá ser o norte da política industrial. Quanto maior o nível da abertura econômica, maiores serão as possibilidades de o Brasil alcançar a estabilidade do crescimento acelerado.

4) Infraestrutura: o setor público não pode ser o único provedor de recursos na construção e na manutenção da infraestrutura nacional. Projetos que tenham fluxo de recebíveis devem ser financiados pelo sistema financeiro sob a responsabilidade operacional do empreendedor. Para tanto, deve-se criar novos instrumentos de captação da poupança nacional e internacional que viabilizem a construção de uma moderna infraestrutura, visando ao aumento da eficiência competitiva da economia e dos setores exportadores de bens e serviços. Investimentos antecedem a poupança; só dessa forma, pode-se aumentar a poupança nacional.

5) Gastos correntes: São importantes no atendimento à assistência social; no entanto, deve-se ter regras que restrinjam a expansão desses gastos. Eles devem se expandir com base na média do crescimento do PIB nos últimos três anos. Isso permitirá uma margem maior de recursos para investimentos e menor pressão sobre a taxa básica.

6) Superávit primário: deve-se sustentar um superávit de, no mínimo, 3,5% do PIB, com o intuito de diminuir o estoque da dívida bruta do setor público. Os efeitos imediatos serão a redução do risco fiscal e cambial do País, possibilitando o aumento dos investimentos estrangeiros diretos na economia.

7) Educação: trata-se da base da pirâmide da prosperidade social e do sucesso das políticas de preservação do meio ambiente. Aprimorar a qualidade do Ensino Médio e Fundamental significa garantir a qualidade do trabalho competitivo e o bem-estar.

Se no passado tivemos várias décadas perdidas, estamos diante do desafio das transformações econômicas: da década da virada. Nesse sentido, importa que os brasileiros saibam que país precisam ter e que tipo de cidadãos desejam ser.